

"CONFISSÕES POLÍTICAS" DE MULHERES PARLAMENTARES

"POLITICAL CONFESSIONS" OF PARLIAMENTARY WOMEN

Eliana Tavares dos Reis*

Introdução

As “mulheres na política” têm sido tema de inúmeras reflexões que buscam compreender as condições de entrada e de persistência delas nesse domínio específico da vida social. E, de forma recorrentemente associada, tais discussões visam reivindicar a presença de gênero nas múltiplas arenas possíveis de intervenção¹, contra diferentes formas de dominação (mais ou menos conscientes, materiais e simbólicas, etc.). À pertinência dessas diretrizes, con-

jugamos a importância (nem sempre perseguida) de objetivação de categorias sociais das quais se faz parte atentando às lutas de classificação que historicamente delineiam (de forma relativamente eficaz) suas definições e limites, o pensável e o dizível sobre elas. Para não sucumbir, como indicou Rose Marie Lagrave², às “relações de força que procuram impor a maneira legítima de fazer estudos sobre mulheres”, convém, em primeiro lugar, ter alguma precaução com a exposição de encaminhamentos à construção do objeto. E, em segundo lugar, como

* Professora e pesquisadora da Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – (São Luís/MA/BR). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: eliana1reis@terra.com.br

1. Questionamentos feministas suscitados das inspirações e das aspirações militantes, mormente a partir dos anos 1970, no mundo e no Brasil – a partir da atuação de grupos feministas articulados sob condições restritivas impostas pelo regime militar –, contribuíram para a visibilidade das mulheres enquanto agentes de transformações contundentes, e suscitaram inquietações teóricas em distintas áreas das ciências humanas (PINTO, 2010, 2001; BRITO, 2001).

2. Artigo traduzido neste dossiê.

sintetizou Pontes (2008, p. 535), procurar não “essencializar marcadores sociais de gênero e muito menos encapsular as trajetórias das mulheres reais sob o feixe anêmico de uma suposta condição comum de sujeição”. Para tanto, seguimos a orientação da autora de colocar “em relação trajetórias, carreiras, parcerias, estrangimentos e recursos” de mulheres que investiram em domínios (política eletiva e publicação de livros), fortemente associados ao polo de produção masculino.

Trata-se, pois, de buscar, por um lado, os condicionantes que agem sobre as possibilidades de ocupação de posições e sobre as tomadas de posição (BOURDIEU, 1996); e, por outro lado, investigar a pluralidade de matrizes de inclinação para determinadas práticas, disposições múltiplas e experiências biográficas diversas (LAHIRE, 2004). Levando em conta o universo investigado e os debates em torno das “questões de gênero”, essas dimensões permitem abranger indagações empíricas sobre como transformações estruturais incidem no (ou derivam do) apuramento da capacidade reflexiva de mulheres e homens e, com efeito, impactam na recomposição das relações de gênero. Podemos, assim, tentar desviar dos postulados *a priori*, que “sugerem uma fatalidade da dominação masculina ou a força irresistível da emancipação das mulheres” (GUIONNET e NEVEU, 2009, p. 374).

A análise específica realizada neste artigo recai sobre livros de *confissões políticas* publicados por quatro parlamentares. Um dos principais ganhos analíticos desse material é no sentido de apreender categorias de apreciação constitutivas dos escritos de

profissionais da política, que acumularam inscrições em distintos domínios culturais e ocuparam posições notáveis no jogo político. Essa “notabilidade”, no caso delas, é relacionada a, no mínimo, uma tripla condição de raridade. Não somente em termos quantitativos, mas elas são “raras” também porque: compõem uma “elite” de especialistas na “arte de representar”, que se descolam parcialmente dos “profanos” para desempenhar papéis políticos; distinguem-se da maioria dos homens e mulheres que exercem atividades políticas, por ocuparem o topo da hierarquia nesse espaço; por investirem na produção de bens simbólicos (REIS, 2014); e, ainda, diferenciam-se da maioria dos políticos que escrevem por se dedicarem a um estilo menos frequente, que é a publicação de *confissões políticas*. Nesse caso, entre a raridade negativa (escassez numérica) e as raridades positivas (ocupação de posições e espécies de produção distintas), estão os obstáculos e as oportunidades de conquista de um “nome próprio”¹, passíveis de serem captados em um material que se constitui em instrumento de intervenção no trabalho simbólico de *gestão das imagens* (NEVEU, 1992) de suas autoras.

Esta discussão prolonga os desdobramentos de uma pesquisa mais ampla, que procurou demonstrar as bases das *multinotabilidades* conquistadas por parlamentares (homens, em sua maioria, e mulheres, em franca minoria), cuja concentração de recursos, lógicas e trânsitos lhes outorga autoridade à manipulação de bens simbólicos, incluindo a publicação de livros (GRILL e REIS, 2016). Dessa forma, o exercício político de representação e o trabalho intelectual

3. Heloisa Pontes (2008, 1998) tem sublinhado essa dimensão da conquista de um “nome próprio” como indicador da conquista de certo reconhecimento da posição e da produção que algumas mulheres conseguem conquistar em determinados domínios de atuação, principalmente o artístico. Ver a entrevista da autora neste dossiê.

tual de produção de representações aparecem como indissociáveis, e exigem a posse de certas disposições e atributos compatíveis com a possibilidade de mobilizar registros, muitas vezes, ao menos aparentemente, ambíguos (éticos, estéticos, burocráticos, afetivos, etc.).

Sobre os empreendimentos editoriais de políticos, Le Bart (1998, p. 77) lembra que, talvez, eles “não escrevam tudo o que publicam”, mas, também, é possível que “não publiquem tudo o que escrevem”. Por isso, o que importa é a valorização dessa modalidade de intervenção, inegavelmente ativada para administração de uma imagem pública e publicização de seus contornos oportunos, conforme determinado estágio biográfico e das batalhas políticas. Portanto, as *confissões políticas* podem ser examinadas como estratégias de luta significativas e artefatos pertinentes à ativação de símbolos, signos e significados, que se traduzem na fabricação de identificações, classificações e consensos (GRILL, 2012, p. 12). São tentativas de agenciamento de *identidades estratégicas*, no sentido atribuído por Annie Collovald (1988). Ou seja, sem serem cínicas (ainda que o uso possa ser mais ou menos instrumental ou controlado), são operações de seleção (consequentemente, de supressão) e de alinhamento de elementos, realizados por determinados ou determinadas agentes que, em certas condições – de concorrência e etapas das suas carreiras –, tendo em vista os trunfos acumulados ou desgastados, empenham-se na gestão ou reabilitação da sua “imagem” ou biografia.

Le Bart (1998, p. 78) sublinha que “as posturas (de escrita) somente se ajustam às posições (políticas) pela mediação dos estereótipos ou definições dominantes do que ‘deve ser’ ou do que ‘pode ser’ o *métier* político”. Por esse intermédio, vêm à tona princípios de (di)visão do mundo social, incluindo as “teorizações” sobre a política (LE BART, 1998; GRILL, 2015; 2012). E variam em consonância com o volume e a estrutura de recursos detidos; os desdobramentos das carreiras de cargos políticos; as modalidades de inserção cultural; entre outros fatores.

Desse modo, o esforço fundamental aqui é o de não cair na armadilha de empreender uma reconstrução teleológica das narrativas de caráter biográfico (NEVEU, 1992), levando em conta, em primeiro lugar, as injunções de diferentes tipos (históricas, sociais, relacionais e competitivas), que pesam na distribuição das aptidões, oportunidades e variedade de capacidades à idealização e ideologização biográfica (BOURDIEU, 1996). Antes que meros “projetos individuais”, individualmente conduzidos ou coordenados; estão em jogo conexões multifacetadas entre propriedades sociais, fases biográficas, tipos de carreiras (entre outras fontes de tolhimentos ou abonamentos, bloqueios ou proveitos), que incidem tanto nas condições gerais de registros e depurações de uma “memória” retrospectivamente filtrada e organizada, como nas condições específicas (e provisórias) nas quais as agentes investem no tipo de publicação em questão⁴. Em segundo lugar, observando como, nas narrativas, emergem as marcas

4. Muitos são os fatores que autorizam, social e politicamente, novos/as agentes a “tomar a palavra” e “serem escutados/as” (POLLAK, 2000): da recomposição da “elite política” às idiosincrasias dos casos individuais, passando por injunções jurídicas e morais (que afetam a organização dos parlamentos e partidos) e pela afirmação de porta-vozes em domínios culturais e sociais diversificados. Reconfigurações que de-

de “patrimônios individuais de disposições e de competências culturais incorporadas” (LAHIRE, 2006, p.21), expressas em estilos, ênfases, gostos, habilidades, etc. E, em terceiro lugar, examinando os usos políticos de um dispositivo por meio do qual “mandatários legítimos” – autorizados por todos os processos de fetichização do lugar que ocupam (BOURDIEU, 2004) –, arrogam-se o direito à subjetividade, à narrativa na primeira pessoa, à demonstração de sensibilidades e desabaços, enfim, aos acertos de contas e versões pessoais, bem como ao suposto distanciamento e humanização dos seus personagens e papéis políticos avalizados (LE BART, 1998).

Em uma pesquisa geral, que abarcou parlamentares atuantes desde a década de 1940, conferimos a progressiva complexificação do espaço público, a diversificação dos perfis e competências, a reconfiguração de domínios de concorrência e os deslocamentos nos gêneros de escritas priorizados pelos agentes (GRILL e REIS, 2016). Verificamos, por exemplo, a diminuição da original apetência em produzir biografias históricas (de exaltação de personagens, eventos, movimentos, etc.) e textos literários (poemas, romances, contos, entre outros), em oposição à escalada progressiva da escrita setorializada (sobre temáticas mais especializadas ou técnicas,

direcionadas às áreas específicas e respaldadas por saberes e títulos escolares). Assim como averiguamos a baixa oscilação tanto da relativamente alta frequência dos livros com temáticas generalistas (que abrangem possibilidades de consagração de projetos de sociedade, ideologias, identidades, etc.), como da menor incidência das confissões políticas (nas quais enquadrados os investimentos em livros de relatos de memórias e autobiografias⁵). Vale pontuar que esses tipos de escrita não são exclusivos/excludentes, e que as posturas assumidas nas *confissões* são compatíveis ou até sintetizam as propensões de escrita prevaletentes e correlativas aos perfis dos agentes.

Não surpreende que a publicação de autobiografias e “memórias” por mulheres parlamentares é ainda mais acanhada que a produção do mesmo tipo para homens com carreiras políticas homólogas. A circulação desse tipo de livro escrito/assinado por deputadas e senadoras ocorre apenas no período recente. O que se aplica a outros segmentos, como aqueles formados por descendentes de imigrantes, sindicalistas, militantes da luta contra a ditadura, lideranças negras, entre outros. O que guarda relação, por um lado, com a paulatina diversificação do espaço de concorrência política no Brasil. E, por outro lado, com a expansão relativa

vem ser levadas em conta, uma vez que a capacidade de rememoração não deve ser considerada como uma forma de experiência comum à totalidade das pessoas e anterior a qualquer contato com o mundo, da mesma forma que ele não é o mero “decalque” conceitual de um fluxo objetivamente existente. Dessa forma, o manejo do “tempo” é resultante tanto do processo social coletivo de aprendizados, de experiências, etc. como da apropriação individual dos símbolos humanos e das instituições sociais cada vez mais complexas (ELIAS, 1998), mediante os quais as dimensões da experiência e os dispositivos de ativação de registros afetivos, institucionais, pragmáticos, entre outros, se ligam sob a forma de narrativas (POLLAK, 2000). 5. A baixa presença numérica desse tipo de publicação, no conjunto de 1.181 livros classificados naquela investigação, deve-se a serem menos frequentes os agentes que se aplicam a esse tipo de escrita e, principalmente, ao fato que eles, geralmente, não publicam mais de um livro desse gênero.

de um mercado editorial e de um público leitor disposto (no duplo sentido) à consumir uma profusão de temáticas, gêneros e empreendimentos editoriais com os quais compartilham afinidades. Na esteira dessa ampliação, são concebidas as justificativas à exaltação biográfica de novas frações, em condições de reunir bases de autoridade legítima e interessadas em objetivar, em livro, seus trajetos, memórias, etc.

Desta forma, a afirmação das posições políticas das mulheres está relacionada a uma série de reconfigurações não somente nos dispositivos de seleção de empreendedoras nas arenas políticas mais institucionalizadas⁶, como em outros diferentes e interdependentes domínios, especialmente os culturais (universidades, mídias, editoras, fundações partidárias, enfim, meios de produção/divulgação de bens simbólicos) e os econômicos (formas de consumo, parâmetros da divisão social do trabalho, etc.). Esses processos estão na base das chances de investimentos no cenário público, em geral, e na ocupação de posições políticas, mais especificamente, por aqueles e aquelas até então *outsiders* – a um só golpe, protagonistas e subordinados ao delineamento dos espaços de possíveis e das problemáticas legítimas, incluindo a luta pela redefinição do jogo político.

1. Características dos perfis biográficos e das confissões políticas

As quatro mulheres aqui em foco fazem parte de um grupo das únicas oito parlamentares localizadas em um universo de 299 deputados federais e senadores que, atuantes entre 1945-2010, apresentam consistentes inscrições culturais, especialmente com significativa publicação de livros (GRILL e REIS, 2016). Cabe uma breve sistematização e comparação dos perfis das agentes para evidenciar as proximidades e distâncias entre elas no que tange às origens sociais, carreiras políticas e investimentos em publicações⁷.

As parlamentares são oriundas dos estados de Pernambuco (Cristina Tavares), Rio de Janeiro (Benedita da Silva) e São Paulo (Marta Suplicy e Yeda Crusius), sendo que Yeda se deslocou para o Rio Grande do Sul no início dos anos 1970 (por conta do casamento com um também economista e professor universitário gaúcho) e, desde então, seguiu sua trajetória nesse estado. Tomando a profissão dos pais como indicador de origem social, temos Cristina Tavares e Marta Suplicy advindas das camadas sociais mais altas (são oriundas de famílias “tradicionais” dos seus estados e filhas, respectivamente, de médico e industrial); Benedita da Silva proveniente de extração

6. Reconfigurando as condições de competição política, os perfis possíveis, as “aptidões” exigidas, as bandeiras de luta, as modalidades de engajamento, etc. Somando-se a isso, os processos de edificação e consagração social e institucional de uma série de direitos considerados como ganhos para o reconhecimento/politização de questões relativas às mulheres. Grifa-se a exigência de cotas nos partidos políticos e seus efeitos na interpelação de mulheres ao ingresso nas carreiras políticas eletivas.

7. Para mais detalhes, ver Reis (2014).

modesta (filha de pedreiro/lavador de carros); e Yeda Crusius de frações médias (filha de contabilista/ jornalista).

Somente Cristina nasceu na década de 1930 e ocupou o primeiro posto político em 1978, já como deputada federal. Ela e Benedita fizeram parte da Assembleia Constituinte eleita em 1986. Benedita da Silva, ao contrário de todas as outras, é a única que não estreou na política eletiva como deputada, mas pela vereança. Ela, Marta e Yeda nasceram no início da década de 1940, sendo que as duas últimas debutaram nos cargos somente nos anos de 1990, e com idades a partir dos 39 anos (ingresso relativamente tardio, considerando a média dos perfis mais “tradicionais”, regularmente antes dos 30 anos de idade). Todas elas estiveram ou estão vinculadas a partidos que podem ser localizados como mais ao centro direita, centro esquerda, ou de esquerda (conforme a perspectiva) no espectro de forças político-partidárias (MDB, PMDB, PDT, PT e PSDB). Afora Cristina, que teve a carreira interrompida por um câncer de mama, em 1992, as demais chegaram à direção de ministérios, em áreas da cultura, igualdade racial e planejamento, duas alcançaram o Senado Federal (Marta e Benedita) e duas foram governadoras (Yeda foi eleita e Benedita assumiu interinamente).

Os títulos superiores conquistados são em Letras (Cristina), Serviço Social (Benedita), Psicologia (Marta) e Economia (Yeda). Apenas Marta e Yeda investiram em pós-graduações, nas suas áreas de formação e nos Estados Unidos. Ambas fizeram parte de instâncias de consagração intelectual e política (como

academias ou centros e institutos de estudos), exerceram algum tipo de atividade docente e foram apresentadoras/analistas de grandes rádios e/ou TV, posicionando-se sobre suas especialidades, isto é, a primeira sobre “sexualidade” e “relações de poder” e a segunda sobre questões econômicas e políticas.

As quatro parlamentares investiram, sistematicamente, na publicação de artigos em revistas e/ou jornais, e de livros (uma média de 15 para cada). Cristina tem o menor volume de publicações e Benedita a maior frequência de textos publicados por editoras da Câmara e do Senado. Ambas privilegiando escritos do tipo generalista (que tratam de questões amplas e diversas, particularmente com registros ideológicos ou morais). Marta tem uma quantidade intermediária de livros e, com frequência, eles são publicados por grandes editoras comerciais; Yeda tem o maior volume de publicações e, quase todas, por editoras mais periféricas. As duas tratam, frequentemente, de temáticas especializadas (que exigem um saber técnico, em geral vinculado à formação escolar), o que é representativo da tendência geral dos parlamentares examinados na pesquisa mais abrangente.

Essas características já dão algumas pistas das condições propícias à publicação de livros de confissões por essas parlamentares, que ingressaram na competição política em circunstâncias de reconfiguração do cenário público, de diversificação das categorias “aptas” a investir em certas carreiras e reunindo bases de autoridade legítima à exaltação biográfica.

Figura 1: Capas dos livros de confissões políticas



Cristina Tavares estava assumindo o terceiro mandato de deputada federal, em 1987, quando a sua doença foi diagnosticada.

Em 1988, ela havia participado da dissidência que deixou o PMDB para fundar o PSDB, apoiou a candidatura de Leonel Brizola em 1989 (que tinha Fernando Lyra – liderança política recifense, com seis mandatos como deputado federal e ex-ministro da Justiça – como candidato à vice-presidente), e se filiou ao PDT em 1990, recusando o convite de Miguel Arraes (nascido no Ceará, no início dos anos 1930 ele foi para Recife cursar direito e chegou a se eleger, por três vezes, governador do estado de Pernambuco) para ingressar no PSB. Disso decorreu uma série de atritos e no seu insucesso na tentativa de reeleição.

Cristina faleceu em 1992, em Houston (EUA), e nas homenagens póstumas, que ainda são direcionadas a ela, costumam adjetivá-la como “uma mulher guerreira”,

“ousada”, “aguerrida”, “forte”, “passional”, “inteligentes”, entre outras caracterizações.

A última célula: minha luta contra o câncer saiu em 1989, pela Paz e Terra (com 127 páginas). Cristina Tavares é a única entre as quatro parlamentares investigadas, que não tem a face estampada na capa no livro, que também não tem orelhas, imagens e organização em capítulos (há um conjunto de 27 temáticas rapidamente discutidas ao longo do livro⁸). Seu relato é o mais breve dos quatro, tanto em termos de número de páginas como no que diz respeito ao período rememorado.

O tratamento do câncer é a questão central da narrativa de Cristina, que foi acometida pela doença em período de redefinições do jogo político, regional e nacional, no qual estava inserida. Propositamente ou não, de forma clara, as circunstâncias da escrita justificam tomar a descrição do seu tratamento como uma “missão”, uma última causa, “a úl-

8. As discussões são sobre: “Dominar o medo é o começo”; “O M.D. Anderson e suas máquinas admiráveis”; “Natal na terra dos cowboys”; “Câncer, uma maldição?”; “Que confusão, hein, Fátima?”; “Sevy Zarzar”; “A quimioterapia, isso não é graça!”; “Ai, meus cabelos estão caindo novamente!”; “O dólar-saúde”; “Reflexões sobre métodos alternativos de tratamento”; “Quimioterapia”; “Estresse, o grande inimigo”; “Elimine a ansiedade aprendendo a respirar”; “Dê uma chance à sua vida”; “Saindo da estação inferno”; “Com licença, vamos à luta”; “A fé remove montanhas”; “Círculo de ansiedade”; “De volta à Estação”; “Discurso de homenagem à atriz Dina Sfat, em sessão especial da Câmara dos Deputados, no dia 3 de março de 1989”; “Nutrição”; “Radioterapia”; “Saúde Holística”; “Instrumentos para preservar a saúde”; “Produtos naturais e relaxamento”; “A última célula”.

tima célula”, já indicando a dupla referência biológica e ideológica da agente. O título seria inspirado na explicação de seu médico de que “a última célula sempre vai existir, e se tem que cuidar para que ela não tome conta da gente novamente”. Mote que a fez produzir uma “palavra final” para a publicação: “se existe uma última célula? (...) foi assim que morri”, e parafraseia Shakespeare: “Quem tem vida, prepare-se para lutar” (p.126).

Ela sustenta seu “projeto”: “Esta é a minha história. Resolvi contá-la por uma única razão. Pode salvar alguma vida, ajudar alguma pessoa. Vale a pena” (p.15).

O livro *BeneDita*, publicado em 1997 pela Maud (Rio de Janeiro, 190 páginas), é consagrado a uma “história de vida” tida como excepcional, nos moldes recorrentes desse tipo de celebração e ideologização biográfica. Já na explicação da escolha do título da publicação, que consta na contracapa, observam-se os traços identitários que compõem sua imagem pública e que são insistentemente acionados no livro:

Bené é como a chamam na vida política. Dita é como a sua família sempre a tratou. *BeneDita*, *bene dicta*, bem dita, bendita, seriam apenas variações de um nome que se tornou popular e chegou para ficar na História do Brasil. Mulher negra e favelada são as palavras das quais se orgulha e pelas quais se identifica. Vereadora, deputada federal e senadora são funções às quais chegou vencendo preconceitos, derrubando barreiras e transpondo limites. (Contracapa do livro).

É a única publicação cuja autoria não é da própria parlamentar, mas de duas jornalistas, sobre as quais há notas biográficas na segunda orelha⁹. Elas, que também assinam os agradecimentos e a apresentação do livro, esclarecem que o mesmo foi organizado a partir de “uma série de entrevistas com Bené, além de materiais de arquivos e artigos de jornais” (p.13), resultando em “um depoimento corajoso” no qual “revela segredos, expõe confissões e as ideias mais íntimas” (ainda conforme texto da contracapa). A publicação conta com o prefácio, “da Edição Norte-Americana para a Edição Brasileira”, do Reverendo Jesse Jackson (apresentado como fundador e presidente da National Rainbow Coalition), que destaca o significado de *Benedita* na luta contra o racismo.

É *Benedita* da Silva quem assina a nota introdutória aos 10 capítulos subsequentes¹⁰, na qual expõe a justificativa à produção do livro: “Por que eu me propus a falar sobre a minha vida? Por que eu quero me colocar neste livro? Por que eu exponho o meu interior, a minha privacidade?”. Dois grandes motivos visam direcionar a apropriação/recepção na narrativa biográfica: *i)* “servir de inspiração para outras mulheres que não tiveram o privilégio de ter sua vida contada num livro... que representam aquilo que sou: mulher, negra, da favela. (...) Conheço essa história, sou parte dela” (p. 7); *ii)* “contar essas tristezas” e “mostrar a trajetória de uma campeã (...) que não está sozinha, que não guarda o troféu só para

9. Sublinha-se que ambas têm pós-graduação nos Estados Unidos, com inserções e produções no plano internacional, e são vinculadas à Global Exchange, caracterizada como uma “organização não governamental sediada em São Francisco, que promove alianças internacionais entre movimentos sociais”.

10. Os capítulos do livro são: “Minha vida, meus amores”; “Andando pela favela”; “Nunca disse que a vida política seria fácil”; “Em busca da vida eterna no presente”; “Feminismo com paixão”; “O mito da democracia racial”; “Democratizando a terra”; “Somos as crianças do Brasil”; “Fome: até quando?”; “Mais uma razão para sonhar”.

ela, mas para toda uma multidão de miseráveis, de desprezados, de despossuídos” (p. 7). Na capa de cada capítulo, uma foto em preto e branco, seja com a família, lideranças, campanhas, ou alguma situação avaliada como pertinente ao que é discutido naquele momento; e, no verso da respectiva imagem, um poema de sua própria autoria, um trecho de música ou alguma mensagem considerada compatível com a descrição que é feita.

Marta Suplicy foi eleita prefeita de São Paulo em 2000, e a publicação do livro de autoenaltcimento da sua gestão foi feita três anos depois do fim do mandato e de ter perdido a reeleição para José Serra (PSDB).

Em *Minha vida de prefeita: o que São Paulo me ensinou*, que saiu em 2008 pela Editora Agir (Rio de Janeiro, 214 páginas), Marta traz nas abas textos não assinados, informando o que seria o tema central do relato – “uma avaliação consciente dos anos de governo” –, e fornecendo uma rápida nota biográfica da autora. Antes da sequência de 18 capítulos rápidos¹¹ (com uma média de 10 páginas e subdivididos em itens; afora as 24 páginas dedicadas à exposição de fotos coloridas, em papel e tratamento especiais), epílogo e agradecimentos, há um prólogo (datado de 2005). Nele, Marta Suplicy exalta a mãe, que havia morrido recentemente, caracterizando-a como “inteligente, lia muito, falava pouco, mas contava histórias como ninguém. (...) não tinha regras rígidas (...) se orgulhava de tudo que eu fazia”, e que teria

lhe apoiado na ideia de separar-se do primeiro marido (com o qual ficou casada por 36 anos) por estar “apaixonada” (p. 9). Figura que contrasta a do pai. Ele a teria “criado para casar e não entendia por que eu queria coisas tão imprevisíveis”, além disso, “não tem os políticos em bom conceito” e “a vida inteira foi de direita”. De qualquer modo, teria bancado seus estudos em Michigan e Stanford, para onde foi acompanhando o então marido Eduardo (p. 10).

A primeira aba do livro traz a interrogação: “o que passa pela cabeça de uma mulher que assume o comando da maior cidade da América Latina e se descobre à frente de uma prefeitura dilapidada, com problemas dramaticamente urgentes e recursos inexistentes?”

Para exaltar e defender sua atuação, Marta realça os “desafios” enfrentados (entre eles, as várias críticas ao seu governo e os julgamentos relativos à separação de “um senador querido” para se casar com um “argentino”, naturalizado francês), e as estratégias bem-sucedidas adotadas: “as grandes decisões, sejam de Estado ou estritamente pessoais, envolvem convicções, sentimento, coragem”, mas lamenta que isso “não aparece na mídia”.

Yeda Crusius era deputada federal (eleita em 2002) quando conquistou o governo do Rio Grande do Sul, em 2006. Ela havia perdido a competição pela prefeitura de Porto Alegre, em 2000, para Tarso Genro, do PT, partido que chegava à quarta gestão

11. Os capítulos são: “o susto da chegada”, “cemitério de automóveis”, “na política, até a medula”, “o governo toma forma”, “o nascimento dos CEUs”, “a periferia chega ao poder”, “a guerra dos transportes”, “S.O.S saúde”, “São Paulo no mundo”, “a chance de intervir no caos”, “a volta ao centro”, “sonhos na gaveta”, “planejamento para avançar”, “a primeira sessão de cinema”, “a capital da inclusão”, “finanças”, “a festa dos 450 anos e o orgulho recuperado”, “na reta final, nervos à flor da pele”, epílogo: “Nada como um dia depois do outro”, agradecimentos e fontes consultadas (basicamente trabalhos que expõem resultados e índices alcançados durante a administração de Marta).

na capital. A sua administração do governo estadual gaúcho passou por várias denúncias de fraude e irregularidades, de modo que não conseguiu a reeleição em 2010, e em 2012 voltou a trabalhar como jornalista e a preparar sua autobiografia.

O livro de Yeda Crusius, *Coragem e determinação: um infinito ainda por fazer*, lançado em 2014 pela editora gaúcha AGE, é o mais extenso dos quatro (436 páginas). A capa traz a autora em imagem monocromática – ao contrário das duas anteriores, que estampam imagens coloridas –, aparentemente em um momento formal, possivelmente uma entrevista, pois tem um gravador e ela parece olhar para alguém sentado à sua frente.

A primeira orelha do livro reproduz um trecho da apresentação, e a segunda orelha exhibe uma foto colorida com síntese biográfica da autora, que assina a quarta capa da publicação. Há, ainda, o prefácio de Helena Conti Raya Ibañez¹², destacando que o livro é produto “esperado”, escrito “por mais de dois anos”, com “respeito aos fatos e à história”, por uma “mulher, economista, mãe, professora, comunicadora, política e amiga” (p. 7). Ibañez revela que seu o vínculo prévio era com a família do marido de Yeda, do interior do RS (Passo Fundo), e que já acompanhava Carlos Augusto como “professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apresentador de um programa sobre música e economia na rádio

da universidade” (p. 8). Assim como seguia os programas apresentados por Yeda, avaliando que “a participação de intelectuais na rádio preenche um espaço de cultura e informação fundamental” (p. 9).

O livro é cronologicamente dividido. A Parte I é ordenada em cinco capítulos divididos em décadas – dos anos de 1940 a 1990 –, e a Parte II possui somente um capítulo, referente aos anos 2000, subdividido em oito itens¹³. Ele é permeado de muitas imagens, em preto e branco, que são alocadas em diferentes momentos.

A estrutura da “autobiografia” lembra a de um trabalho acadêmico, combinando o controle das informações sobre a vida prévia ao ingresso nos domínios políticos, com análises históricas e econômicas, dados, citações, gráficos, quadros, indicações de leituras, etc., notas e referências bibliográficas. Os princípios imbricados parecem ser no sentido de humanizar a imagem de Yeda, atestar suas capacidades intelectuais, demonstrar seus feitos e reverter os efeitos da beligerância à sua administração. Em particular, ela se dedica a caracterizar e condenar o que chama de um “eixo do mal” (seguindo um princípio filosófico/religioso, aqui ela localiza seus rivais do “lado escuro da força”), contra os quais alega “contar os fatos em defesa da verdade, distante de interesses e encenações político-eleitorais e midiáticas” (CRUSIUS, 2014, p. 19-20, grifos no original).

12. É apresentada em nota de pé-de-página como “advogada especializada em direito de família. Coordenadora do Núcleo de Debates entre Direito e Literatura da OAB/RS e do IARGS (Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul), e coordenadora do Núcleo de Direito da Família do IARGS. Fundadora do Movimento Chega de Violência e sua diretora entre 2005 e 2013” (p. 7).

13. “Parte I”: “Anos 40 e 50- a infância, o bairro e a descoberta do mundo”; “Anos 60- Efervescência em todo mundo”; “Anos 70- o Plano Decenal e os dois choques do petróleo”; “Anos 80- Os difíceis anos de uma ‘década perdida’”; “Anos 90- Novidades no mundo, novidades na vida”. “Parte II”: “Anos 2000- Do Congresso Nacional ao Palácio do Piratini”; “Reestruturando as finanças estaduais”; “Coragem para fazer – realizações no governo do RS”; “A bem da verdade”; “Desde o início, um cabo de guerra”; “O contraste entre a luz e a sombra”; “A liberdade e a verdade”; “Registros de uma vida plena”.

2. Ponderações comparativas

De modo geral, os princípios de fundamentação das publicações (as quatro escritas na primeira pessoa do singular) informam a tentativa de direcionamento da apropriação/recepção da narrativa edificada e edificante. Propomos aqui apresentar alguns aspectos que permitem pontuar relacionalmente as singularidades e similaridades entre os casos investigados, trazendo à tona correlações entre os perfis e as pos-

turas de escrita relevantes à apreensão de condicionantes e estratégias de gestão das imagens públicas das agentes. Para tanto, sistematizamos posicionamentos, usos e concepções explicitados nos escritos, em torno das suas “origens” e referências familiares, da “política” e da “cultura”, a partir das quais emergem sentidos e princípios classificatórios articulados no balizamento de identificações, que, por sua vez, alicerçam o trabalho de representação política das parlamentares.

Quadro 1: Tomadas de posição e ponderações comparativas

Usos / Parlamentares	Origens/ Referências familiares	“Política”	“Cultura”	Identificações: “Nós” (mulheres) <i>Versus</i> “Eles” (mídia/política/preconceito) ↓ causas
Cristina Tavares	Alta → Supressão	Eixo de interpretação (+ dimensão religiosa)	Acúmulos e gostos diletantes	Da esquerda/doentes <i>Versus</i> Doença/americanos
Benedita da Silva	Baixa → Heroicização Mãe/Maridos (Filhos)	Base de ascensão (+ dimensão religiosa)	“gostos de classe e estilos de vida” (“popular”)	Negros/favelados <i>Versus</i> Colonizadores europeus
Marta Suplicy	Alta → Supressão parcial Mãe/Maridos (Filhos)	Arena de disputas	“gostos de classe e estilos de vida” (“erudito”)	“Paulistanos” <i>Versus</i> Adversários políticos (tucanos)
Yeda Crusius	Média → Certificação Pai (Família Nuclear)	Arena de disputa	Formação e conhecimento escolar	“Do bem” (tucanos) <i>Versus</i> “Eixo do mal” (petistas)

Fonte: elaborado pela autora (2020).

2.1. Sobre as origens familiares

A extração social dos antepassados de Cristina Tavares e Marta Suplicy é alta. A despeito disso, a primeira não faz referências a familiares e a segunda minimiza as informações biográficas, alegando que não deseja “expor a vida pessoal”. No entanto, a supressão das origens aristocráticas, evi-

dentemente, não apaga as operações dos recursos e disposições herdadas, expressas nos gostos e sentidos de “prioridade” (como será demonstrado na seção 2.3).

Yeda Crusius e Benedita da Silva, com posição social de origem nas camadas médias e baixas, respectivamente, narram com certo detalhamento as condições dos pais no período do seu nascimento, demarcam

aspectos da sua criação e realçam itinerários afinados com as imagens em construção. A primeira, assume o relato da “vida pessoal” como um desafio, e empreende um esboço biográfico relativamente racionalizado, no qual parece tentar construir uma versão de coerência entre o “berço”, os investimentos escolares e um sentido de eficiência (econômica) na gestão pública. A segunda, focaliza a origem pobre em um “morro” do Rio de Janeiro, aliada à condição de mulher e negra, como alicerce ao trajeto de superações e ascensão política. Destacamos aspectos indicados nos objetivos de produção dos seus escritos:

Escrever um livro para contar a minha vida pessoal não foi uma decisão impetuosa. Para quem, como eu, já escrevera livros, artigos e crônica de todo o tipo, além de haver orientado mestrados em teses e dissertações acadêmicas, a decisão de escrever uma autobiografia não admite erros de avaliação, ou qualquer ingenuidade quanto ao seu alcance. Escrever toma tempo, requer dedicação e uma disposição a todo tipo de avaliação de ideias, a questionar-se e ser questionada. (...) foi-me necessário, pois, escrever este livro, no qual eu me passasse a limpo, desde a infância em São Paulo até o momento atual, em que experiencio os rescaldos de haver governado o Rio Grande do Sul (CRUSIUS, 2014, p. 13-15).

A minha vida é reproduzida na vida de várias beneditas, marias, terezas... que representam aquilo que sou: mulher, negra, da favela. Vivo num país com trinta milhões de miseráveis e altos índices de analfabetismo, com gente morando embaixo das pontes e em casas de papelão. Conheço essa história, sou parte dela. (...). Também gostaria que esse livro, além de contar todas essas tristezas, pudesse mos-

trar a trajetória de uma campeã. Uma campeã que não está sozinha (...). Foi por isso que me dediquei à vida política, no meu partido e na minha comunidade (SILVA, 1997, p.07).

Ao longo das suas *confissões*, observa-se a tessitura de lógicas de heroização e esforços de formulação relativamente às causas defendidas, com reforço do enraizamento original como base de legitimação do trabalho de representação.

Podemos indicar a inversão do lugar das origens sociais discrepantes de Benedita relativamente às de Cristina e Marta. Enquanto para a primeira, é baixa e central no relato; para as outras duas é alta e residual ou inexistente nas narrativas. Isso se reflete nas estratégias de edificação/gestão de suas imagens em reação às injunções do espaço público: aquilo que para Benedita seriam sinais de estigma, pôde ser transfigurado – até pela transformação dos repertórios e modalidades legítimas de intervenção política –, em estima e potencialidades políticas. Com a positivação de marcas sociais de exclusão, visíveis ou corporificadas (SCOTTO, 1994), ser “mulher, negra, da favelada” pode aparecer, ao mesmo tempo, como fonte de rejeições sofridas e trunfos de legitimação política. E aquilo que seria próprio aos emblemas de estima social de uma “nobreza”, é suspenso nas fabricações laudatórias das outras duas, indicando, portanto e no mínimo, um acanhamento na sua ostentação, o que pode estar relacionado à percepção de certa incompatibilidade com os posicionamentos políticos defendidos. Quer dizer, Cristina e Marta ocupam lugares em falso, decorrentes de deslocamentos e necessidades de ajustes entre as posições de origem e os destinos políticos/ideológicos, fundados, por exemplo, em concepções de “justiça social”. Isso gera

ambiguidades e questionamentos amplificados em circunstâncias de incerteza com relação ao porvir das carreiras políticas ou da própria existência.

Nas capas dos livros, constam os sobrenomes de Cristina (de família) e Marta (do ex-marido), enquanto nas publicações de Benedita e Yeda essa informação não é fornecida. O que provavelmente tenha a ver com os aspectos mencionados, somados às estratégias de construção de identificações e às tentativas de agenciamento das imagens públicas. Para as duas últimas, é possível apostar na tentativa de tonificação do primeiro nome como marca simbólica: Benedita fortalecendo uma etiqueta prévia e Yeda investindo em reconstituir a forma como é rotulada, buscando contornar uma associação com traços negativos. Cabe salientar que esta última, no seu “balanço de vida”, sustenta que sua “forte timidez” teria sido um “predicado” para o empenho profissional. Entretanto, assevera que tal característica foi interpretada, por conta da “imagem superficial, apriorística que se faz do tímido”, como sinônimo de “arrogância, esnobismo, desinteresse pelos demais”. Desse modo, o desafio de “lidar com essa imagem” teria exigido “muito trabalho” (CRUSIUS, 2014, p. 73).

Nas carreiras, Marta Suplicy e Yeda Crusius, mesmo tendo se separado dos maridos, mantiveram seus sobrenomes, que são etiquetas fundamentais dos seus reconhecimento públicos. Cristina e Benedita mantiveram seus nomes de família, sendo que a segunda é mais referida por seu prenome. Afora Cristina, para a qual não há informações sobre a vida pessoal afetiva, as demais se relacionaram com parceiros com atividades públicas próximas às delas. Nos relatos das três, verificamos o lugar central dos maridos nas carreiras políticas e profes-

sionais seguidas, e nos investimentos efetuados; e com alguma referência aos filhos e filhas. Também fazem alusões à participação de parentes (principalmente marido, irmãos e filhos) nas suas campanhas ou em outras inscrições políticas. Benedita e Marta realçam suas mães como pilares de atributos que elas herdaram e adquiriram no decorrer das trajetórias biográficas. E Yeda, apesar de fazer caracterizações elogiosas à mãe, direciona ao pai a deferência e os atributos reverenciados.

2.2. Sobre adversários/adversidades e superações

Cristina Tavares e Benedita da Silva são, *grosso modo*, exemplares de uma primeira fase do processo de reconfiguração dos repertórios de engajamento: a primeira, demonstrando sua identificação com problemáticas “tradicionais” relacionadas ao “povo”, à “classe trabalhadora”, com adesão a versões “heterodoxas” da Igreja (ela declara a relação com o catolicismo, especialmente, com a Teologia da Libertação); enquanto a segunda, posiciona-se sobre uma maior diversificação de causas, principalmente relacionadas às mulheres trabalhadoras e às questões raciais, bem como é representativa da expansão dos segmentos sociais e políticos pertencentes à religião evangélica. De fato, nas posturas assumidas nos relatos, para ambas os posicionamentos políticos emergem imbricados com os religiosos, seja como norte da interpretação das experiências e eventos, incluindo uma doença (para Cristina), seja como apoio à localização de um trajeto bem-sucedido (para Benedita).

Os médicos constataram cientificamente o poder imensurável da mente sobre o corpo

e o meio ambiente. Penso em Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife (...) [que] certa vez voltou do Japão impressionado com o fato de o budismo e o cristianismo, apesar da retórica, terem uma teoria unificada do universo. (...) ele quem primeiro falou sobre a física moderna, explicando tantos *fenômenos ou milagres* que a gente aprendeu na bíblia (e não acreditou, do alto de nossa ignorância). Dom Hélder falava para o pior ignorante, que é aquele que pensa que sabe das coisas e rejeita o *pluralismo filosófico, cultural, religioso, político*. A ditadura de 1964 colocou toda a minha geração em um limbo maniqueísta: o preto e branco; a esquerda e a direita, etc. Puro stalinismo (TAVARES, 1989, p.88-89, grifos no original).

Minha mãe já trabalhava na Umbanda desde o tempo em que morava em Minas Gerais. (...) Vinha muita gente de todo tipo. Até pessoas com poder, muitos políticos getulistas (...). Trabalhei no terreiro desde pequena. (...) até completar 18 anos, quando passei a me dedicar ao trabalho social da igreja Católica – que mais tarde se transformou na Pastoral de Favelas – e à Teologia da Libertação. (...) quando tinha 26 anos, entrei para a igreja Protestante, como membro da Assembleia de Deus. Minha opção religiosa me ofereceu tranquilidade para refletir e tomar decisões. (...). Alguns setores da igreja Protestante, revolucionários, têm exercido um papel importante na luta contra a discriminação racial. (...). Não acho que a minha fé deva estar separada da minha política. Encontro na Bíblia uma inspiração para lutar pelas mulheres, pelas crianças, pelos marginalizados. (SILVA, 1997, p. 93-98)

Suas “confissões” podem ser tangenciadas pelas tentativas de perenização de uma condição de excepcionalidade, germinada

nos desvios de destinos prováveis de ambas: a doença de Cristina, bloqueando a possibilidade de prosseguir os investimentos na carreira política; e a ascensão política de Benedita, alterando uma presumível trajetória de desprovidos.

Marta e Yeda são paulistas, sublinham intervenções mais especializadas, e optam pela recuperação/justificação de experiências de gestão, ancoradas em títulos escolares, competências profissionais e inserções midiáticas, bem como assumindo a descrição política como uma arena de luta, contra depreciações (res)sentidas. A primeira, então filiada ao PT, dirige-se aos oponentes tucanos; e Yeda, tucana, contesta os adversários petistas.

A ponte Estaiada, hoje ponte Octavio Frias de Oliveira, é um dos exemplos mais gritantes da facilidade com que suspeitas e cancelamentos foram esquecidos, ao sabor da conveniência. (...) Serra paralisou as obras por cem dias e decretou que a ponte era ‘faustosa’ e ‘desnecessária’. A *Folha de S. Paulo* aplaudiu a decisão. (...) Três anos depois, quando a ponte foi finalmente inaugurada (...), tanto o ex-prefeito, agora governador, quanto o jornal haviam mudado de opinião. (...) Por trás de tantas acusações, e tão violentas, nada havia de concreto senão o desejo de me atingir e a necessidade de esconder a inexistência de um projeto de governo para a cidade. (SUPLICY, 2008, p. 204-205)

A bem da verdade, gastarei considerável espaço daqui por diante para falar de ovos de serpente e do Eixo do Mal. Afinal, tenho para relatar a minha opinião e os meus sentimentos sobre toda a campanha difamatória e todas as ações que foram deflagradas contra o estado ao longo do meu mandato de governadora. É imperioso registrar, detalhar, como

o estado foi palco da prática de um escandaloso assassinato de reputação. (...) Tarso Genro (extraoficialmente autodeclarado candidato à minha sucessão desde o fim de 2006) foi ministro da Justiça entre 2007 e 2010. Eu e meu governo fomos triturados entre 2007 e 2010. (CRUSIUS, 2014, p. 356-358)

2.3. Sobre a dimensão cultural ou os usos da "cultura" nos relatos

Em primeiro lugar, cabe sublinhar que, além da importância da demonstração de investimentos militantes e políticos, de diferentes formas, as agentes traçam seus itinerários relacionando-os às suas atuações profissionais e exibem, na dimensão cultural, a formação escolar. Cristina, associando seu trajeto à carreira como jornalista, que oportunizou viagens e contatos políticos; Benedita, valorizando, além da experiência como "líder comunitária", os diversos empregos que teve desde a infância, e as formações em enfermagem e no serviço social, grifando seu autodidatismo; Marta, afora o tributo à participação na rotina do Partido dos Trabalhadores, reforça, em diferentes ocasiões, a importância do conhecimento na área da psicologia e mi-

diática para a sua atuação política; e Yeda, também combina a formação em economia e as inscrições midiáticas como pilares das suas intervenções.

Cristina, Benedita e Marta conjugam, sobretudo, a importância da demonstração de investimentos militantes no decorrer dos seus itinerários com a acentuação de aspectos culturais, incorporados e objetivados.

Articulada a preocupações esquerdistas, Cristina exhibe gostos literários e o domínio de línguas na leitura de romances estrangeiros, conversas e acesso a debates internacionais, conectados à demonstração de capacidade de decodificação de linguagens (como a tecnológica e a médica). Mormente, os recursos culturais mobilizados permitem relativa objetivação na descrição da situação limite enfrentada (POLLAK, 2000). Aproximando-se, até certo ponto, da combinação dos relatos de experiências com análises e esforços de racionalização feitos por Yeda, ambas, de fato, ativam e se aplicam mais fortemente em exibir seus recursos culturais. Yeda o faz de modo diretamente relacionado aos investimentos escolares e à formação acadêmica; enquanto para Cristina emergem como acúmulos e gostos diletantes.

Yeda, por exemplo, cita o historiador francês Hippolyte Taine para racionalizar a postura de escrita adotada, do "exercício" de "julgar a própria vida". Também cita "escolas psicológicas e linguísticas para as quais não existe comunicação sem discurso" discute "o mapa do pós-guerra" com a caracterização da "Nova Ordem Mundial", com as rearticulações geopolíticas, ilustrado com mapa e comentando que "sempre gostei de geografia, de mapas, de história e de política" (p. 37-39, grifo no original). Ela também afirma estar aplicando uma "Teoria dos Ciclos", esclarecendo que "tanto nas aulas que eu dava sobre o tema como nas análises que fazia e faço, a matemática é a linguagem que permite a compreensão de movimentos complexos", e apresenta e explica o gráfico que representaria as "fases do ciclo" (p. 42-45, grifo no original). Cita, especialmente, "o economista tcheco Joseph Schumpeter" e o "economista russo Nikolai Kondratiev" para aplicar a teoria "na história do Brasil" e examinar os 'ciclos longos' de 'transformação da nossa economia'. (p. 47-51).

Para Cristina, podemos exemplificar com a referência ao romance lido para evitar o medo do avião: “*O dom silencioso* [Sic], mas não conseguia fugir da ideia fixa e tinha a sensação de estar povoando os campos de batalha e os cemitérios cossacos de Sholokhov” (p. 18); lembra que acompanhou pela TV a retomada da candidatura de Gary Hart “ao posto mais importante do mundo – a presidência dos Estados Unidos –, depois de uma aventura extraconjugal. Reconcilio-me com a estupidez” (p. 23); avalia o “natal na América e na terra dos *cowboys*” como “a maior promoção de vendas da cristandade”, justificando seu ceticismo pela insegurança com relação a “vencer esta guerra” (p. 27). Comenta a leitura do artigo “The shape of things to come”, que discute “o impacto das novas tecnologias do século XXI sobre a sociedade”: “os sonhos e os pesadelos dos novos materiais, da biotecnologia, da química fina, etc.’

Benedita e Marta se relacionam com a dimensão cultural mais no plano do estilo de vida e do consumo de bens considerados legítimos. A primeira, recorrendo à música popular, à produção dos seus próprios poemas, versos e imagens como forma pri-

vilegiada de expressão de sentimentos. E a segunda, ressaltando suas prioridades nos investimentos em orquestras, teatro, cinema, arquitetura, entre outros, fortemente amparados em princípios estéticos.

No decorrer do seu relato, Benedita da Silva faz muitas referências, principalmente, a fragmentos de músicas, em especial de sambas. Já no primeiro parágrafo do livro declara que sua “vida foi como um samba do *Neguinho da Beija-Flor*”. Depois de colocar a letra da canção, ela sintetiza “*Tocar no meu destino* é uma expressão forte que me ocorre quando olho para trás, por tudo que já passei” (p. 21, grifos no original). E, no último capítulo, “Mais uma razão para sonhar”, iniciado com uma foto de Benedita sentada no chão da casa no Chapéu da Mangueira, arrodada por netos e sobrinhos, apresenta o trecho do poema/música, do sambista Noite Ilustrada, intitulado “Volta por cima”, que diz: “Chorei, não procurei esconder, todos viram. Sentiram pena de mim, não precisava. Ali onde eu chorei qualquer um chorava. Dar a volta por cima que eu dei quero ver quem dava” (p. 180). Neste, ela declara que “Tinha um sonho quando criança: ser cantora”, e dedica por volta de três páginas falando desse “gosto”, que seria eclético (“gosto de música clássica, de música popular brasileira, sou do tempo da valsa, do bolero e do tango”), apesar de não conhecer “as técnicas musicais, mas adoro cantar e ouvir música” (p. 181).

Marta Suplicy afirmou sua intenção de “ser uma prefeita presente na vida cultural da cidade. Além dos compromissos oficiais, eu ia aos lançamentos de teatro, às exposições, e não deixava de ir ao cinema, que é a coisa de que mais gosto” (p. 27). Logo no início cita Paulo Freire para dizer que “Tem que ter beleza”, “Não se pode aprender na feiúra” (p. 51) e que “a população queria como se via na televi-

são”. Assim, segundo narra, fez investimentos na qualidade e na marca dos uniformes escolares; no financiamento para “palco italiano, cortina e poltronas estofadas” (p. 57), pois São Paulo é uma “metrópole cultural com atrações que nada ficam a dever ao que se assiste em cidades como Londres, Paris ou Nova York”; na aquisição de instrumentos musicais para o CEUs, para a constituição de orquestras de cordas, *big bands*, fanfarras, etc.; na redefinição “do ponto de vista da comunicação visual e do design” das paradas de ônibus, com “silhuetas recurvas e vermelhas” (p. 77); contratou Os Gêmeos para assinarem um mural na cidade; construídos “nove edifícios de cinco pavimentos, projetados com uma arquitetura elegante e sóbria, feitos de blocos de concreto, cada qual com um terraço” (p. 116); na utilização do Edifício Matarazzo (da família do ex-marido, filhos com esse sobrenome) (p.121) como “nova sede da prefeitura” – sublinha que pensou “no arquiteto Isay Weinfeld, conhecido por seus projetos sóbrios e elegantes”, “talvez o mais caro do Brasil”, e nos “móveis de Joaquim Tenreiro, marceneiro português que se tornou um ícone do móvel moderno brasileiro” (p. 124); entre outras intervenções.

Observamos, ainda, a importância atribuída às experiências de internacionalização, e como estas são acionadas em convergência com os perfis culturais e as bases dos escritos. Cristina não comenta sobre os anos que passou na Europa e as viagens internacionais feitas no exercício do jornalismo, mas demonstra, como já foi referido, o domínio de línguas e temáticas por meio da explicitação do consumo de bens culturais variados, além das próprias viagens com vistas ao tratamento da doença. E indicamos que Yeda (assim como Marta) apenas registra sua experiência de estágio de

estudo no exterior, porém se dedica sistematicamente a patentear um rol de autores estrangeiros e interpretações de acontecimentos no plano internacional, empenhando-se em comprovar sua capacidade de perícia ou de *expertise*.

Marta, assim como Benedita, dá mais relevo às viagens internacionais como ocasiões de compromissos políticos e militantes, das quais podem decorrer contatos e relações da mesma natureza. No entanto, no caso da ex-prefeita de São Paulo, fica clara a valorização de diplomas e modelos de gestão estrangeiras:

Como quando expõe títulos escolares e credenciais de seus colaboradores, como o responsável pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: “sociólogo”, “da Unicamp”, “estudara na França, na Itália e na Inglaterra, e fora observar política de garantia de renda na Cidade do México e de microcrédito na Bolívia” (p.41-43). E o “economista e professor da Unicamp, com experiência internacional e que havia assessorado muitas viagens de Lula ao exterior, desde os tempos da militância sindical até a Presidência (p.91)”, que chamou para substituir uma “funcionária menor” (que não era “especialista no tema”) e comandar a recém-criada Secretaria de Relações Internacionais. Na equipe “todos falando pelo menos duas línguas estrangeiras” e o chefe de gabinete era um “sociólogo com

experiência em movimentos sindicais, era bem relacionado com centros de estudo e outros organismos internacionais”, afora ter “pai holandês e mãe italiana” e de falar “inglês, francês, holandês, alemão, espanhol e italiano, além de português impecável” (p.92-93). Além disso, Marta realça viagens ao exterior, participação em Congressos, debates internacionais, relações estabelecidas com lideranças de cidades no exterior, que teriam suscitado parcerias e inspirações para programas implementados na capital paulista. Bem como culminaria no seu empenho em dar uma “identidade a São Paulo”, assim como teriam Paris, Roma e Rio de Janeiro. Investiu na imagem de uma “Cidade dos Mil Povos, lugar de convivência de comunidades oriundas do mundo todo” (p.99).

2.4. Construção de identificações

Todos os elementos discutidos até aqui estão amalgamados como condicionantes do trabalho de gestão de imagens públicas, que comportam, indissociavelmente, a construção de identificações por parte daquelas (e daqueles) que investem nas lutas pela manipulação de identidades estratégicas. De imediato, no material analisado, observamos a edificação de um “nós mulheres” que emerge, de um modo geral, informando a fixação do pertencimento fundado na condição de gênero¹⁴, mas, principalmente, favorável à construção de uma cadeia de identificações com múltiplas equivalências. Ambiguamente interdependentes da designação de seus

adversários, como uma espécie de exterior constitutivo necessário à delimitação estratégica das fronteiras identitárias¹⁵, nas *confissões* investigadas observamos, com distintas intensidades, a recorrente referência a versões apresentadas nos setores midiáticos, ou seja, a um tipo de política da qual querem se distinguir e às circunstâncias de machismo e preconceito que teriam experimentado (geralmente, incredulidades referentes às suas candidaturas e, notadamente, percebidas nas situações de posse do primeiro cargo político).

Especificamente, a condição hesitante de Cristina se expressa entre um “eu-nós” negativo, composto por pessoas com câncer ou da “esquerda”. Disso deriva a oscilação entre uma narrativa de arrebatamento,

14. Podemos seguir a pista de Irllys Barreira, em artigo apresentado neste dossiê, no qual aponta que “trata-se de uma condição que se pretende suprapartidária, porque capaz de agregar valores políticos supostamente partilhados por um segmento social em sua totalidade. Permanece, no entanto, a estratégia da diferença, na medida em que a política não pode abdicar de seu teor partidário”.

15. Fazemos um uso bastante sumário (porém, considerado pertinente) do raciocínio de Ernesto Laclau (2007): cadeias de equivalência forjadas nas *práticas articulatórias*, cujos *elementos* são mobilizados (provisória e conjunturalmente) sempre por referência a um exterior constitutivo. Sendo assim, podemos conciliar esse raciocínio às orientações de Elias (1999) sobre os arranjos configuracionais, com valências constantemente abertas e sujeitas a novas conexões. Podemos apreendê-las a partir da localização dos usos de pronomes pessoais como forma de identificação dos lugares, agentes e temáticas colocadas em correspondência, desenhando teias de interdependências a partir de como se percebem e como percebem os outros (aliados e rivais) nesses tecidos relacionais. Para um tratamento desse tipo, também nos inspiramos em Collovald (1988) e Pollak (2000).

inundada na subjetividade, no existencialismo; com a descrição de reações, principalmente de otimismo ou revolta; e com análises e especulações racionalizadas, mediadas pelo uso frequente de metáforas literárias. Seus oponentes nomeados são, evidentemente, a doença, a “esquerda”, e também “os americanos”.

‘Tá certo, aceito que a fé remove montanhas, mas só se o trator ajudar...’, pensava. (...) Tive que tomar um porre para admitir que as coisas iam mal. Por que tenho de ser doutrinária, ideológica, heroína diante dos outros? Lembro-me de Kean, um personagem de Sartre, que era ator porque não sabia fazer outra coisa senão representar. Estou com uma ideia fixa e um certo mal-estar. Faz-me mal a política ideológica da esquerda no Brasil, transformando-se em uma espécie de Santa Inquisição. Somos procuradores do Santo Ofício e jogamos na fogueira o pouco de bom senso que poderia fazer avançar o progresso. (TAVARES, p. 45-46)

Em Benedita, a confirmação de uma trajetória positiva, de ascensão, é construída com proeminência na experiência pessoal, na adoção de posicionamentos apresentados como “opinião pessoal” (com uso frequente do “eu acho”) e na fundamentação de um discurso de autoridade (sobre as “questões” que lhe interpelam e que estão na base do seu trabalho de representação política) embasado numa espécie de “conhecimento de causa”. A construção das identificações étnica e de classe é operada pela recriminação dos “colonizadores europeus”, citados como fonte das discriminações historicamente direcionadas a certas populações.

É impossível entender a complexidade da questão racial no Brasil sem considerar suas

raízes históricas (...). Os africanos e os índios escravizados foram usados pelos colonizadores para construir suas fortunas (...). As mulheres negras trabalhavam nas plantações de cana e de café e, na Casa Grande, faziam serviço doméstico e tinham a função de amas-de-leite. Muitas eram usadas sexualmente e suas vidas eram marcadas pela violência (...). Temos uma longa história de resistência, que é hoje simbolizada principalmente por Zumbi dos Palmares. (...) Os quilombos representavam o combate às forças coloniais de produção, tendo sua própria cultura de subsistência e suas próprias leis. (...) Os colonizadores chegaram a enviar dezessete expedições para tentar destruir Palmares (...). Poucos reconhecem que o trabalho da mulher negra contribuiu para a emancipação da mulher branca (...). Mesmo as pessoas negras que conseguem ascender socialmente sabem que isso não é o suficiente para acabar com o racismo. (...) Às vezes, as pessoas não me reconhecem e, quando me vêem no carro com motorista, pensam que sou uma empregada que está fazendo compras para a patroa (SILVA, 1997, p. 125-129).

Em Marta, o “eu” tem elementos impositivos (tomadas de decisão) relacionados a um identificador construído a partir do pertencimento à cidade (São Paulo) ou à população (paulistana). O movimento narrativo tem como estratégia discursiva precípua a de demarcar um cenário degradante e problemático, que foi restaurado graças às suas iniciativas, exortando à leitura de tais intervenções como necessárias e valorosas. E, de forma inseparável, reivindicar reconhecimento e cacifar a gestora por seus empreendimentos. As leituras críticas, em geral, e a dos adversários políticos do PSDB, em especial, estão situadas como empecilhos à dupla regeneração das imagens, tanto da cidade como

da prefeita, com pretensões (explicitadas) de reeleger-se ao mesmo cargo. Principalmente na parte final do livro, ela condena a “campanha implacável e sistemática” de “difamação” e “desconstrução” da sua “imagem pública”, feita por seus adversários, principalmente visando a eleição de José Serra ao governo da capital:

Em dezembro, Serra anunciou que não pagaria as despesas contraiadas pela minha administração e disseminou a insegurança entre os prestadores de serviço da Prefeitura, alguns dos quais quebraram. (...) A cada dia, uma leva de novas queixas inundava as primeiras páginas: dívida, *déficit*, maquiagem, corrupção, não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e Bagunça. (...) Sou capaz de reconhecer minhas limitações, de avaliar o papel da mídia e do lugar reservado à mulher, de medir as consequências de ter decidido desfazer o casamento com Eduardo Suplicy, de ter me casado outra vez. (...) Mas eu era mulher. (...) Se são agradáveis e gentis, são vistas com complacência e desprezo, e classificadas de incompetentes. É preciso que sejam frias e distantes para merecerem o selo da competência. As que têm poder são inevitavelmente descritas como arrogantes, e as bem cuidadas, coitadas, é claro que só pensam na aparência. (...) Quando teremos o direito de ser femininas, inteligentes e competentes, sem ameaçar? Quando aprenderemos a utilizar a sabedoria acumulada que tanto custou às nossas avós, de uma forma nova, totalmente feminina? Não somos nem melhores, nem piores. Apenas diferentes (SUP LICY, 2008, p. 202-208).

Como já escrito, a proposta de Yeda se assemelha à de Marta, invertendo as posições político-partidárias: trata-se de uma

“tucana”, que direciona seu relato para reverter uma imagem como governadora do RS relativamente ferida por seus principais antagonistas, os “petistas”. No entanto, seu relato (como caso oposto ao de Benedita) tem raros posicionamentos apresentados como opiniões pessoais e sensações. Sua narrativa é construída a partir em um ponto de vista pretensamente analítico e qualificado da “única mulher entre os formandos em Economia da USP em 1966” (p. 100). E alinhava argumentos nos quais as militâncias políticas defendidas estariam legitimamente respaldadas em habilidades, saberes e qualificações acumuladas tanto por condições dadas de existência como por conquistas objetivamente empreendidas. A preponderância do esforço de distanciamento e ponderação – que inclusive estaria na base de construção de um “eu-nós” profissional (economistas, acadêmicos, intelectuais), moral (pessoas de bem, competentes, pautadas na verdade) e partidário (PSDB e todos os contendores do PT) –, contrasta com os desabafos direcionados aos ataques “sem piedade” sofridos.

A instabilidade da economia, as grandes novidades, como a criação de um mercado de capitais, e o desenvolvimento de novas técnicas de sondagens e pesquisas para previsões econômicas eram fatores que me chamavam à interação entre o mundo exterior e o acadêmico. Percebi que o público em geral ansiava por informações sobre Economia, com as quais lidávamos dentro da universidade. Então, foi-me natural, com o tempo, participar do universo das comunicações de modo rotineiro (...). Foi assim que não apenas vi (como interessada), mas também analisei (como acadêmica) e repercutei (como professora e comunicadora) as crises econômicas (p. 129). (...). Entre 1991 e 2001 vivi duas

legislaturas de muita construção e de muita defesa. Construção de um novo Brasil, através das reformas e dos projetos sociais do governo de meu correligionário Fernando Henrique Cardoso; e defesa desta gestão, atacada em demasia e com muita ferocidade pela muito bem articulada força-tarefa de boataria e acusações leviana em que se transformou o Partido dos Trabalhadores – e de que eu mesma viria a ser vítima, a partir de 2006 (CRUSIUS, 2008, p. 129, 243).

Finalmente, realçamos que as ocupações exercidas – jornalismo (Cristina), trabalho doméstico (Benedita), psicologia (Marta) e docência em economia (Yeda) – têm lugar central nas lógicas de (auto)identificação e das interpelações por determinadas “causas”. Entretanto, cabe pensar que as próprias causas celebradas são, paradoxalmente, fontes de detrações. Portanto, as identificações são construídas nas mesmas bases dos *handcaps* ou preconceitos enfrentados, por ser: mulher, com câncer, pobre, negra, divorciada, de direita, vaidosa, pouco vaidosa, etc.

Desta maneira, aquilo que é a fonte de missão, consagração, socialização, disposição, etc., foi ou pode ser razão de clivagens internas e perjúrios públicos, expressos nos aspectos alardeados ou suprimidos no trabalho de gestão da imagem. *Confissões políticas* são, então, fundadas na sobreposição de identificações e frustrações, da qual brotam as ambiguidades despercebidas e transbordam as equivalências pretendidas.

Considerações finais

Mesmo havendo barreiras à conquista de certos postos dominantes, não são negligenciáveis as elevadas posições que as agentes – cujos livros de *confissões políti-*

cas foram aqui examinados – ocuparam e a contundência dos posicionamentos que assumiram nas suas carreiras políticas, exercendo o duplo papel: de representantes, com autoridade de acionar estruturas ou dispositivos institucionais para tomar decisões políticas; e de produtoras de representações, ativando identidades coletivas e símbolos de reconhecimento. E, com suas inscrições sociais e culturais, aliadas à legitimidade para ocupar posições de liderança, puderam intervir no trabalho de construção de sentidos sobre a sua própria imagem (do qual participam agentes do meio jornalístico, pesquisadores, familiares, entre outros). Portanto, o tipo de publicação em pauta está em sintonia com recursos e princípios, constrangimentos e resistências, imagens estratégicas, tentativas de manipulação de marcas simbólicas nas representações de si, muitas vezes ambíguas e plenas de tensões.

A publicação de *confissões políticas* exige um trabalho retrospectivo de sistematização de percursos e experiências, podendo se constituir como autobiográfico e/ou ser conduzido por um profissional especializado. De qualquer modo, não deixa de ser um mecanismo de consagração e de afirmação política, operado na pretensão de participar do trabalho de amoldamento da própria imagem e identidades estratégicas. Para a apreensão desse mecanismo e das lógicas a ele subjacentes, não devemos desjuntar – devido ao efeito da posição na legitimidade/disponibilidade para publicar livros de “confissões” – as características sociais e as percepções pessoais das identidades coletivas, das histórias de vida e das inscrições nas lutas políticas, que excedem a sua vida (COLLOVALD, 1999).

É na qualificação de múltiplas marcas simbólicas e na ativação de certos trunfos

colocados em equivalências em um meio legítimo à leitura “pessoal” da sua própria biografia e de acontecimentos, que se efetuam estratégias de consagração, de justificação/refutação e de construção identitária. Mesmo que provisórias, estratégias e identidades são condicionadas por injunções de posição e impulsionadas por objetos de luta em jogo nos embates enfrentados. Isso desde o período em que a decisão pela produção do livro é tomada, tendo em vista todas as redefinições (que não temos condições de apreender) que são feitas, até o momento em que o produto é lançado, e sem perder de vistas as infinitas possibilidades de sua recepção.

Podemos retomar uma das hipóteses de Grill (2015; 2012) de que a baixa ocorrência das “memórias” entre políticos está relacionada à crença na extraordinariedade biográfica (desigualmente construída), traduzida na reivindicação de singularidade do protagonista e de seu percurso. Sendo necessário, pois, buscar as bases e condições (históricas, sociais e políticas) que alicerçam a autoridade (auto)conferida em expor a “sua história” – a sua versão “da história”. Adicionamos aqui que esse tipo de escrita pode se constituir, igualmente, em expediente mobilizado em circunstância de ocupação de posições em falso, isto é, nas quais o/as agentes se encontram em condições de incerteza com relação ao seu lugar no jogo. Por isso, buscam – com assessorias ou não, ou até de modo irrefletido e não diretamente instrumental, pragmático –, (re)valorizar, justificar e/ou registrar a sua condição (valendo para político/as envolvidos em escândalos, alvo de críticas ferrenhas durante o exercício de seus mandatos, ou em

fase de saída de cena por motivos de envelhecimento biológico ou doença).

São biografias de “superação” de entraves enfrentados, logo, a necessidade de reajustes aparece em situações hesitantes, desacetadas, polissêmicas, confusas, enfim, em que as contingências externas parecem dissonantes às previsões possibilitadas pelas experiências armazenadas. Trata-se, pois, do ensejo à tentativa de se recolocar na competição, de afirmar virtudes, resgatar aptidões, postular a concentração de outros recursos distintivos – advindos da positividade de disposições herdadas e traços da “personalidade” (o que, por vezes, explicita o emprego de categorias de percepção favoráveis à reprodução da dominação masculina, de um modo geral) –, que podem contrabalançar detrações sofridas ou dificuldades experimentadas.

As origens familiares das quatro parlamentares revelam que seus ascendentes tiveram inserções políticas secundárias ou periféricas (independentemente das frações sociais às quais pertencem), redundando na indisponibilidade de elos familiares benfazejos à construção de “heranças políticas”. O que, evidentemente, não significa dizer que não procurem acentuar relações políticas familiares e invistam significativamente na edificação de uma lógica genealógica de inscrição¹⁶. Mormente, observamos a ênfase na exibição de inserções em domínios culturais e militantes (religiosos, midiáticos e universitários, por exemplo), geralmente interseccionados. E a valia do registro de um *plus* de qualificações, ou *símbolos de credibilidade*, entre os quais estão a “coragem” e a acentuação de uma *biografia pioneira*,

16. Para uma discussão sobre os condicionantes e estratégias de construção de genealogias, consanguíneas e simbólicas, na política, ver Grill (2008; 2020).

como ter sido “a primeira mulher nordestina no parlamento federal”; “a primeira deputada federal negra”, “a primeira mulher prefeita de São Paulo”, “a primeira mulher governadora do RS”, entre outros¹⁷. Esses são alguns dos bens ostentados que compõe os eixos de legitimação das carreiras políticas e da autoridade a publicar suas *confissões*.

Triunfos de habilitação ou de reabilitação da posição no jogo político, observamos o peso das origens sociais, dos investimentos feitos, das rupturas encaradas, das disposições irreversíveis, das identificações construídas e das posições e reconhecimento conquistados. Por esse intermédio, percebemos o quanto livros de *confissões políticas* são ricas fontes de explicitação de lógicas, que presidem os movimentos tanto de inserção e certificação como os de restauração e reversão. E ainda trazem à tona princípios de reprodução de hierarquias ou de tentativas de subversão da ordem (política e masculina) dominante. Novamente, reforçamos que essas dimensões apenas podem ser operacionalizadas quando examinadas, notadamente, em função dos condicionantes que pesam sobre as biografias individuais e do sistema de relações interdependentes, competitivas e desiguais nas quais estão amarradas.

Finalmente, podemos indicar o triplo princípio que os livros de *confissões políticas* sintetizam.

Em primeiro lugar, eles condensam a percepção clássica do caráter excepcional das figuras e papéis políticos. Isto é, observamos que a raridade desse gênero de escrita é associada à composição de recursos específicos, que autorizam a produção de uma versão sobre a própria vida. Em segundo lugar, podem significar a concentração de meios de certificação (incluindo estima e auto-estima) para recorrer, em determinadas circunstâncias de ocupação de lugares incertos, a estratégias de reabilitação ou justificação de posições e posicionamentos colocados em xeque nas respectivas fases biográficas e das carreiras. E, em terceiro lugar, os registros comuns acerca de experiências de censuras, obstáculos e interdições, que assumem distintas conotações, não deixam de ser congruentes com a administração das imagens atuais, pretéritas e futuras. Como artifício de restauração carismática, trata-se de forjar legados (patrimônios não herdados), certificar a posse de atributos prescritos, ou assinalar habilidades complementares (coragem, superação, sensibilidade, pioneirismo, etc.).

17. Esses aspectos já foram constatados por Barreira (1998) na análise do cotidiano de parlamentares e as lógicas de campanha de candidatas mulheres. Trata-se da necessidade de afirmar um “a mais”, que evidencia “um lugar na política a ser conquistado e, portanto, indutor de valorações, dissimulações e interditos” (BARREIRA, 1998, p. 36). Neste caso, o “pioneirismo” pode funcionar pela raridade e superação de barreiras, oportunizando exibir um “símbolo de conquista” diante a exiguidade de mulheres ocupando aquelas posições, constituindo-se, por isso, em um “capital simbólico de ruptura” (ver Barreira, 2020), que permite consagrar aquelas que o detêm ao mesmo tempo em que confessa o lugar dominado ocupado no jogo político.

Referências

- BARREIRA, I. Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. In: BARREIRA, I.; PALMEIRA, M. (Orgs.) **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Anna Blume, 1998, p. 133-164.
- _____. Mulheres representantes no Congresso Nacional: trabalho político, apresentação de si e rituais de reconhecimento. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, n. 34, 2020. No prelo.
- BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. A delegação e o fetichismo político. In: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo, Brasiliense, 2004, p.188-206.
- BRITO, M. N. C. Gênero e cidadania: referenciais analíticos. **Estudos feministas**, v. 9, n. 1, p. 291-298, 2001.
- COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 73, p. 29-40, jun. 1988.
- COLLOVALD, A. **Jacques Chirac et le gaullisme**. Biographie d'un héritier à histoires. Paris: Belin, 1999.
- CRUSIUS, Y. **Coragem e determinação: um infinito ainda por fazer**. Porto Alegre: AGE, 2014.
- ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.
- GRILL, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em 'famílias de políticos'. **REPOCS – Revista Pós Ciências Sociais**, v. 17 (33), p. 125-162, 2020.
- _____. **Heranças Políticas no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- _____. 'Memórias' de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e 'teorizações' nativas do jogo político. **Revista Política & Sociedade**, v. 11, n. 22, p. 11-40, 2012.
- _____. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: Biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**. v. 23, n. 54, p. 21-42, 2015.
- GRILL, I.; REIS, E. T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2016.
- GUIONNET, C.; NEVEU, É. **Féminin/Masculin**. Sociologie du genre. Paris: Armand Colin (Collection U), 2009.
- LACLAU, E. Universalism, Particularism and the Question of Identity. In: _____. **Emancipation(s)**. London: Verso, 2007, p. 20-35.
- LAGRAVE, R. M. Recherches féministes ou recherches sur les femmes. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Paris, Le Seuil, v. 83, p. 27-39, 1990.
- LAHIRE, B. **Retratos sociológicos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- _____. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- LE BART, C. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. **Revue Française de Science Politique**, v. 48, p. 76-96, 1998.
- NEVEU, E. Le sceptre, les masques et la plume. **Mots**, n. 32, p. 7-27, 1992.
- PINTO, C. R. J. Paradoxos da participação política das mulheres no Brasil. **Revista USP**, n. 49, p. 98-112, 2001.
- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- PIZZORNO, A. Sur la rationalité du choix démocratique. In: BIRNBAUM, P. e LECA, J. (Orgs.). **Sur l'individualisme**. Paris: FNSP, 1986, p. 364-369.
- POLLAK, M. **L'expérience concentrationnaire**. Paris: Métailié, 2000.
- PONTES, H. **Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Crítica de cultura no feminino. *Mana*, v. 14, n. 2, p. 511-541, 2008.

REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 233-263, 2014.

SCOTTO, M.G. **Representação e apresentação: uma análise da campanha de Benedita da Silva para a prefeitura do Rio de Janeiro.** 1994. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, B. **BeneDita.** Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

SUPLICY, M. **Minha vida de prefeita: o que São Paulo me ensinou.** Rio de Janeiro: Agir, 2008.

TAVARES, C. **A última célula: minha luta contra o câncer.** São Paulo: Paz e Terra, 1989.

RESUMO

O foco deste artigo são livros de “confissões políticas” publicados por mulheres, que seguiram carreiras políticas no Brasil. O objetivo fundamental consistiu em apreender os condicionantes sociais, políticos e culturais intervenientes nos seus itinerários, correlativamente às estratégias de produção de “memórias” e de administração de autoimagens. O ponto de partida é a análise das características gerais de parlamentares cuja concentração de recursos, em certas configurações de luta, traduziu-se na conquista de *multinotabilidades* e lugares relativamente bem situados nos domínios culturais e políticos. Portanto, são “raras” no jogo político não somente por serem quantitativamente escassas, mas também por deterem meios raros de atuação e, relativamente a outras/os profissionais da representação, estarem entre “notáveis”. Depois, mediante o exame de quatro casos particulares, é examinado como as inscrições e posicionamentos são marcados por ambivalências germinadas nas ocorrências biográficas. Assim, é possível ponderar tanto sobre as bases da autoridade (auto) conferida para expor a “sua própria história” ou a sua versão “da história”, como podemos atentar ao trabalho de mobilização de “experiências” e justificativas articuladas em circunstância de ocupação de posições “em falso”. Ou seja, nas quais as agentes se encontram em condições de incerteza com relação ao seu protagonismo e persistência, particularmente, nas disputas políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres parlamentares. Memórias. Identidades estratégicas. Representações.

ABSTRACT

The focus of this article are books of “political confessions” published by women who have followed political careers in Brazil. The fundamental objective was to apprehend the social, political and cultural conditioning intervening in their itineraries, correlatively to the strategies of production of “memories” and administration of self-images. The departure point is the analysis of the general characteristics of parliamentarians whose concentration of resources, in certain configurations of struggle, it has resulted in the conquest of *multi notability* and places relatively well situated in cultural and political domains. Therefore, they are “rare” in the political game not only because they are quantitatively scarce, but also because they have rare means of acting and, in relation to other professionals in representation, they are among the “notables”. Then, through the examination of four particular cases, it is examined how the inscriptions and positions are marked by ambivalences verified in the biographical occurrences. Thus, it is possible to consider both on the basis of the authority (self) conferred to expose “its own history” or its version of “the history”, as we can look at the work of mobilizing “experiences” and justifications articulated in circumstances of occupation of positions “in false”. That is, in which the agents are in conditions of uncertainty regarding their protagonism and persistence, particularly in political disputes.

KEY-WORDS

Parliamentary women. Memories. Strategic identities. Representations.

Recebido em: 01/03/2019

Aprovado em: 10/07/2019